



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI

Nº 5000, DE 2024

Altera o art. 91, inciso II, alínea “a”, do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para estabelecer como efeito da condenação o perdimento dos instrumentos do crime doloso, independentemente de consistirem em coisas cujo fabrico, alienação, uso, porte ou detenção constitua fato ilícito.

AUTORIA: Senador Magno Malta (PL/ES)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Magno

PROJETO DE LEI N° , DE 2024

Altera o art. 91, inciso II, alínea “a”, do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para estabelecer como efeito da condenação o perdimento dos instrumentos do crime doloso, independentemente de consistirem em coisas cujo fabrico, alienação, uso, porte ou detenção constitua fato ilícito.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 91 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal passa a viger com a seguinte redação:

“Art. 91.

.....

II -
a) dos instrumentos empregados para prática de crime doloso;
.....” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O direito de propriedade consiste, como se sabe, no de usar, gozar e livremente dispor da coisa, o que permite ao seu titular empregá-lo com os mais variados fins. Não se admite, porém, uso que se revele antissocial, numa interpretação *a contrario sensu* do art. 5º, inciso XXIII, da Constituição Federal, de onde decorre a ilegalidade do uso deliberado e consciente da coisa para a prática de crime.



Assinado eletronicamente por Sen. Magno Malta

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6399452115>

Observamos, contudo, que Código Penal, em seu art. 91, II, “a”, somente prevê a decretação da perda dos instrumentos do crime que consistam em coisa cujo fabrico, alienação, uso, porte ou detenção constitua ilícito. Essa ressalva, do nosso ponto de vista, não se justifica.

A restrição estabelecida, todavia, não se justifica, especialmente diante de uma Constituição que não somente impõe que a propriedade atenda à sua função social, como prevê até mesmo (CR, XLVII) que se possa, à prática do crime, associar a pena de perda de bens.

Além disso, ao deixar de impor consequências deletérias ao mais antissocial uso que se pode dar à propriedade, reduz a disciplina atual do artigo 91 o comando constitucional à condição de mera recomendação, despida de qualquer efeito prático.

Por outro lado, ao mesmo tempo que em o Estado abre inexplicavelmente mão do poder/dever de impor ao mais antissocial dos empregos da propriedade consequência de grande capacidade dissuasória, assiste-se, impassivelmente, à progressiva ruína do sistema repressivo brasileiro, ao qual faltam os recursos necessários para sua ampliação, modernização e humanização, de que depende que a pena atinja seus fins.

A nosso sentir, o perdimento dos instrumentos do crime doloso deve ser abrangente, para alcançar também as coisas cujo fabrico, alienação, uso, porte ou detenção não constituam ilícito. Pretendemos, desse modo, incrementar o poder dissuasório da lei penal e a prevenção geral do crime.

Sala das Sessões,

Senador MAGNO MALTA



Assinado eletronicamente por Sen. Magno Malta

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6399452115>

LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- art5_cpt_inc23

- Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de Dezembro de 1940 - Código Penal (1940) - 2848/40

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto.lei:1940;2848>

- art91